

31 DE MARÇO DE 1964: NÃO TEMOS NADA A COMEMORAR!¹

Golpe de 1964: a memória de militantes e militares

*Danilo Ferreira da Fonseca²
Selma Martins Duarte³*

As comemorações, no último dia 31 de março, acerca do golpe de 1964 que instaurou a Ditadura civil-militar e a reação contrária de alguns setores da sociedade, criticando o modo que os militares conduziram tal processo, ao passar por cima da proibição presidencial da realização de tal comemoração em um ato de quebra de hierarquia, nos possibilitam refletir como as diferentes memórias deste recente passado ainda estão em aberto e em pleno conflito.

O encontro de militares reformados e de alguns civis no clube militar do Rio de Janeiro no dia 29 de março de 2012 resultou em um conflito entre manifestantes que entendiam como uma ofensa a realização de uma comemoração de um período histórico tão agressivo dentro do processo histórico brasileiro. Por sua vez os militares alegaram que esta comemoração era um direito deles de expressarem suas opiniões – apesar de, quando no poder, não tolerarem diversas formas de manifestação – e que tal ato era realizado anualmente.

O destaque que o evento ganhou este ano se deu pela extrapolação da comemoração para além dos círculos militares, com manifestações pró-golpe em locais público, incluindo salto de paraquedas de quatro coronéis na praia Barra da Reserva (zona Oeste do Rio de Janeiro). Corrobora com tal destaque as atuais discussões e ações públicas que buscam refletir acerca deste processo histórico, como é o caso da criação da comissão da verdade ou os movimentos de escracho (ato de oposição e denúncia contra os torturadores e assassinos vinculados às forças armadas).

Durante os debates para a constituição da Comissão da Verdade, alguns setores das Forças Armadas, bem como, alguns setores da sociedade civil manifestaram-se contrários a

¹ Mural produzido em Maio/Junho de 2012. Coordenação: Danilo Ferreira da Fonseca e Selma Martins Duarte. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Inara Gabriela Figueredo Costa, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Larissa Dallelaste Borilli, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Paulo Roberto da Costa Sartori e Vânia Grazielle Inocêncio.

² Professor do curso de História da Unioeste.

³ Professora do curso de História da Unioeste.

sua criação. Estes grupos criticam a possibilidade de revisão do passado recente, pois entendem que esta é uma atitude revanchista, já que a Lei de Anistia teria cumprido o papel de resolver as divergências entre militantes e militares, “perdoando” os “crimes” cometidos por ambos os lados.

Estes argumentos apresentados para contrapor-se a possibilidade de revisão da Lei de Anistia, assim como a criação da Comissão da Verdade, não são argumentos novos. O referido debate possibilita-nos verificar que no presente existe uma disputa de memórias sobre o passado, que percorre pontos fundamentais sobre o entendimento desta temporalidade. Por exemplo, a interpretação que os grupos conservadores têm a respeito do governo de João Goulart, como o líder de uma conspiração comunista no Brasil, que resultaria em uma revolução comunista. Neste sentido, esses setores das forças armadas e sociedade civil construíram um discurso de que em 31 de março de 1964 houve uma contrarrevolução no Brasil e não um golpe de estado. Julgam legítima a deposição de Goulart, presidente legalmente eleito, com o argumento de que era necessária a tomada de poder para evitar um mal maior – a implementação do comunismo no Brasil.

Outro elemento de discordância entre a memória militar e a memória de militantes é sobre o significado da tortura e assassinatos durante a ditadura. Em depoimentos de muitos militares e em livros de memória dos mesmos, consta a tortura como “pequenos excessos” praticados por poucos sujeitos a revelia de uma política de estado. Para muitos militantes, e pesquisadores da temática, a tortura foi sistemática, e amplamente utilizada como política de estado, praticada por funcionários públicos em exercício, e subordinados a disciplina e hierarquia de suas corporações, portanto, não podem ser consideradas como exceção, muito menos como crimes políticos. Assim, a Lei de anistia promulgada em 1979 não poderia ter amparado tais crimes.

As polêmicas que envolvem o tema da ditadura civil-militar no Brasil são facilmente identificadas na grande mídia, as quais apresentam, sobretudo, uma interpretação alinhada com a memória dos militares e simpatizantes, entre os quais estão muitos veículos de comunicações que apoiaram o golpe e a ditadura, os chamados “colaboradores”. Ao se posicionarem sobre as comemorações do golpe, feitas no Clube Militar no dia 29 de março de 2012, não há questionamentos sobre o que temos a comemorar após 21 anos de ditadura, ou sobre a postura dos militares neste ato, em que houve quebra de hierarquia, já que comemorações dessa natureza foram proibidas pela presidente Dilma Rousseff. A grande mídia sequer questionou a violência policial utilizada contra os manifestantes que organizaram o escracho em frente ao Clube Militar do Rio de Janeiro. Ao contrário, de forma

muito parcial, trataram os manifestantes como “baderneiros” e “desordeiros”, financiados com dinheiro de partidos para “atrapalhar” o evento dos militares. Estes argumentos foram utilizados em matéria da revista *Veja*⁴, publicada em 29/03/2012, e estão em sintonia com os argumentos utilizados em outras matérias, da mesma revista, que tratam da ditadura brasileira.

Diante das questões acima citadas, a proposta deste mural do Observatório do Mundo Contemporâneo é analisar as abordagens da mídia sobre a ditadura civil-militar; problematizar o diálogo dos internautas com as matérias que tratam da ditadura; Estudar o posicionamento da sociedade e do estado diante da violência policial e das práticas de torturas empregadas em delegacias e presídios brasileiros na atualidade, além de abusos de poder empregadas nas abordagens feitas pela polícia; discutir também a necessidade da abertura completa dos arquivos da ditadura civil-militar, bem como, os debates em torno da criação da Comissão da Verdade.

⁴ Comemoração do golpe de 64 termina em tumulto: Militantes de partidos de esquerda tentaram impedir um evento fechado, organizada por militares da reserva. Site consultado: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comemoracao-do-golpe-de-64-termina-em-tumulto>. 29/03/2012. Acesso em 04 de junho de 2012. Ver também: Reinaldo Azevedo. Eis a grande obra de Maria do Rosário até aqui: Militares da reserva são agredidos e chamados de “porcos” e “assassinos”. Site consultado: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/eis-a-grande-obra-de-maria-do-rosario-ate-aqui-militares-da-reserva-sao-agredidos-e-chamados-de-%E2%80%9Cporcos%E2%80%9D-e-%E2%80%9Cassassinos%E2%80%9D/>. 29/03/2012. Acesso em 04/06/2012.

Pelo Direito a Memória e a Verdade

*Paulo Roberto da Costa Sartori⁵
Vânia Grazielle Inocêncio⁶*

As Comemorações do Golpe de 64, feitas por alguns setores militares em 29 de março de 2012, evidenciam que ainda há disputas de memórias acerca do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil. Estes confrontos são travados, sobretudo, entre o posicionamento de setores das forças armadas em busca de uma memória “oficial” e as memórias de militantes e familiares, que por muito tempo foram silenciadas e são cicatrizes ainda presentes em nossa sociedade.

Neste contexto de disputa se insere a criação da Comissão da Verdade, criada em maio de 2012. A Comissão é composta por sete pessoas, e apurará as violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, e terá dois anos para investigar, esclarecer e reconhecer abusos do passado, apresentando um relatório com a narrativa e as conclusões sobre os crimes cometidos no referido período histórico.

Cabe ressaltar que alguns setores da sociedade, e mais especificamente os militares, têm feito várias críticas a criação da Comissão, por classificá-la como revanchista, afirmando que a Lei da Anistia, foi como uma pedra colocada para fechar essa história e selá-la no passado.

Contudo, é importante lembrar o que significou o período da ditadura civil-militar, do ocultamento deliberado das histórias dos oprimidos, e que em certa medida se perpetua até a atualidade, no ainda obscuro destino de muitos mortos e desaparecidos, de muitas famílias que ainda sofrem e carregam muitas cicatrizes. Assim, as mudanças políticas e culturais devem impelir o fim do esquecimento e do silêncio e trazer à tona o passado que incomoda⁷, pois todo cidadão deve possuir o direito de conhecer a verdade dos fatos que compõem a sua história e de ter preservada a sua memória. Neste sentido, a Lei de Anistia não pode ser utilizada como desculpa ou justificativa para a não realização de estudos e investigações sobre os crimes praticados durante a ditadura.

Compõe também instrumento para o conhecimento de fatos ocorridos durante a ditadura os documentos presentes nos arquivos. A abertura dos arquivos da ditadura, que ainda continuam secretos é fundamental para o conhecimento da história recente do Brasil.

⁵ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

⁶ Acadêmica do 4º ano de História da UNIOESTE.

⁷ FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória. In: **‘Usos do Passado’: XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.

Não cabe o falso argumento de que “o interesse nacional está acima do conhecimento da verdade”. A “segurança nacional” não deve estar acima da verdade, pois em nome dessa mesma preservação da ordem pública violaram direitos básicos de cidadãos e se cometeram uma série de arbitrariedades na ditadura.

Ainda que abertura dos arquivos, que seria passo fundamental pelo direito a memória e a verdade, não tenha ainda sido alcançada. A Comissão da Verdade compõe importante elemento e mais um passo em direção a apuração dos fatos e para a punição dos criminosos, apesar de suas limitações e da tardia criação, em descompasso com países como a Argentina que já tem as suas comissões desde a década de 80.

Instrumentos como a Comissão da Verdade podem se constituir em uma iniciativa importante para reconhecimento oficial das violências ocorridas no passado. Podem ser o ponto de partida para que outras medidas essenciais sejam estabelecidas, como a revisão da Lei da Anistia e o reconhecimento oficial das responsabilidades de indivíduos que, a serviço do Estado, violaram os direitos mais elementares, prendendo arbitrariamente, torturando e assassinando opositores da ditadura.

A “PAZ” imposta pelas armas

*Larissa Dallelaste Borilli⁸
Lucas Blank Fano⁹*

A ditadura civil-militar que vigorou no Brasil pós-64 foi um período de forte repressão, por parte do Estado brasileiro, àqueles que questionavam a ordem vigente na época, cujos princípios haviam ganhado força com a influência dos ideais considerados de esquerda, construídos a partir da “ameaça comunista” durante a guerra fria. Assim, o que era considerado conspiratório ou o que não se adequava ao regime conservador imposto pelos militares era reprimido, principalmente através da força física, das prisões e das torturas. Diversos grupos sociais, como alguns artistas, por exemplo, faziam suas críticas cuidadosamente, de modo a não serem detectadas pela censura. O controle social exercido pelo Estado durante o período ditatorial (de 1964 a 1985), portanto, foi muito grande. O que significa isso? Ora, se há repressão às formas de contestação social, conseqüentemente não há democracia.

Neste ano de 2012, os militares comemoram 48 anos do golpe de 1964. Esquecendo os atos desumanos praticados contra quem desejava uma sociedade mais democrática, os ex-chefes políticos exaltam o reestabelecimento da ordem para “evitar o caos” e, também, orgulham-se de sua geração ter construído as condições para o “milagre econômico” brasileiro, o qual proporcionou grande progresso econômico para uma elite que já era poderosa na época, a partir de políticas que valorizaram o capital estrangeiro e incentivaram as indústrias, por exemplo, enriquecendo proprietários e deixando trabalhadores na miséria, gestando também uma imensa dívida externa.

Em confronto com a memória produzida pelos militares há a memória daqueles que lutavam contra o sistema repressivo imposto pela ditadura civil-militar, os militantes, e daqueles que não atuaram tão ativamente no processo, mas também tiveram sua liberdade diminuída e ficaram sujeitos às políticas repressivas do Estado, que são os demais sujeitos sociais. Interessa-nos, aqui, analisar o que mudou com relação à liberdade individual na sociedade brasileira, com a conquista dos supostos direitos democráticos, colocados no papel na constituição de 1988. Afinal, fazem 27 anos desde o final da ditadura, e ainda vemos grande atuação das forças repressivas estatais, graves problemas na educação, na saúde,

⁸ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

⁹ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

enfim, no viver em sociedade. Enquanto isso, por outro lado, também comemoram-se recordes de produção e o crescimento econômico da “nação”.

Para discutirmos sobre continuidades, devemos primeiro enfatizar algumas diferenças entre os dois regimes: a ditadura civil-militar e a democracia representativa capitalista, na qual vivemos organizados hoje. A diferença mais importante a se considerar é o elemento ideológico, e a mídia é de grande relevância nesse sentido. O discurso veiculado é de que vivemos em uma sociedade democrática, que nossos direitos são iguais, que temos liberdade de expressão e temos liberdade para viver, pois está tudo contemplado na Lei. No entanto, será que isso se efetiva na prática?

Durante a ditadura civil-militar o exército desenvolveu o papel da polícia que, além de “garantir a segurança da população”, serve para o controle social, para deixar tudo “dentro da ordem”. Uma das consequências dos militares no comando foi a tortura contra militantes, considerada crime contra a humanidade, assim como um atentado terrorista, por exemplo. Esquecida por alguns, justificada por outros, o fato é que a tortura existiu, como podemos verificar em vários depoimentos dos sujeitos que participaram do processo.

Podemos perceber novamente o exército fazendo o papel da polícia na atualidade, a partir das ocupações de favelas realizadas pela chamada “Força de Pacificação”. O nome distorce a realidade. O objetivo dessa política governamental, que atribui poder aos militares para abordar moradores considerados “suspeitos”, é acabar com o tráfico de drogas, segundo os próprios militares. No entanto, algumas suspeitas estão equivocadas, e “acidentes” acontecem, como podemos perceber nesta reportagem divulgada no sítio eletrônico da Rede Globo, no final do ano passado:

“Foi enterrado na tarde desta quarta-feira (28) o corpo do adolescente de 14 anos morto durante uma patrulha do Exército, no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro. A área está ocupada pela força de pacificação há pouco mais de um ano”.¹⁰

O menino de 14 anos não era “bandido”, pois “segundo os parentes, o jovem não tinha ligação com drogas e estava desarmado”. Como podemos perceber, os militares não tem preocupação em diferenciar as pessoas. Na favela todos são passíveis de “suspeita” e estão sujeitos a “acidentes”. Outros casos violentos acontecem. Após a instalação de outra unidade “pacificadora”, também formada por oficiais do BOPE em comunidades do Rio de Janeiro no ano de 2010, os habitantes denunciaram maus tratos por parte dos oficiais, como podemos perceber nessa reportagem divulgada pelo sítio eletrônico “A nova democracia”:

¹⁰ <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/enterrado-adolescente-morto-durante-patrulha-do-exercito-em-favela-no-rio.html>, acessado em 30/03/2012.

“Segundo moradores, desde o início de maio, quando o BOPE chegou aos bairros pobres do complexo do Borel, toques de recolher, revistas vexatórias, invasões de residências, saques, agressões, torturas, humilhações e vários outros tipos de abusos vêm sendo cometidos pelos policiais contra os trabalhadores que vivem nas favelas do complexo.”¹¹

Mas, os militares justificam suas políticas, a mando do governo, com a mesma justificativa das práticas da tortura usadas durante a ditadura civil-militar: assim como a violência era uma justificativa contra a “ameaça comunista”, ela é também contra os moradores da favela, para “evitar um mal maior”. Até “heróis” são construídos pela Mídia, como o torturador fictício “Capitão Nascimento”, representado pelo autor Wagner Moura no filme “Tropa de Elite”. No entanto, nos perguntamos: porque uma força pretendendo-se “pacificadora” utiliza da violência física, por vezes mortal, para chegar num consenso com os moradores? Que paz pretende-se conseguir atirando em “suspeitos”, humilhando a população? Para uma sociedade “democrática”, a paz deve ser negociada. Se é imposta, ela é pertinente apenas para um grupo social: dos ricos e poderosos. A segurança é para eles.

Os que vivem nas periferias, longe dos centros urbanos, ou que não compartilham uma mesma visão de mundo, estão sujeitos à políticas violentas utilizadas para manter a “ordem social”. Portanto, a repressão continua. Vários discursos justificam a violência que o Estado, a partir de seus aparelhos repressivos, pratica contra a população considerada “suspeita”. Durante a ditadura civil-militar, os “marginais” eram os que não compartilhavam a mesma visão política. Hoje, só pelas pessoas serem pobres elas já estão sujeitas à violência, pois podem ser consideradas “suspeitas” mesmo desarmadas, como foi o caso do menino morto pelas “Forças Pacificadoras”

¹¹ <http://www.anovademocracia.com.br/no-67/2905-moradores-de-favelas-denunciam-crimes-das-upps>, acessado em 30/03/2012.

“Quem lê tanta notícia?”¹²

*Joselene Ieda de Carvalho*¹³
*Luana Milani Pradela*¹⁴

Vivemos em uma sociedade que supervaloriza os meios de comunicações. As notícias, em sua maioria, nos vêm revestidas de conotação de que são “informações neutras” e “imparciais”. Porém, durante a história da “grande imprensa” no Brasil, observa-se a parcialidade na veiculação de “informações”, por escolha dos jornalistas, editores, dos proprietários das grandes empresas de jornais, de televisão, ou internet. A “grande mídia” ora noticia, ora omite fatos ocorridos, e muitas vezes o expectador/leitor não tem a percepção de que isto ocorre. Neste ano de 2012, não foi diferente. No dia 31 de Março, data que marca o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, no site do Jornal Folha de São Paulo, saiu a seguinte notícia:

“Organizador do ato, o coronel Luiz Antonio de Oliveira, 62, disse que os militares sempre comemoram o 31 de março, mas que este ano "os ânimos ficaram mais acirrados". Oliveira nega que o salto seja uma afronta. "Não queremos contestar nossa presidente, que está fazendo um excelente governo, melhor do que muitos homens", disse. "Não somos indisciplinados, desde que se faça a coisa certa." (FSP, 31/03/2012).

De acordo com essa afirmação podemos entender que o jornal tentou transparecer uma imparcialidade, a qual sabemos que não existe. A opção por detalhar a manifestação dos militares e entrevistá-los, apresenta-nos um significado imenso. O porquê não entrevistaram as famílias das pessoas que desapareceram e que até hoje procuram por seus corpos? Mais do que isso, a mídia, em especial os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, foram grandes fomentadores/apoiadores da ditadura civil-militar brasileira, e ao contrário de sua pretensa "imparcialidade", na década de 60 foram bem resolvidos, como podemos observar na citação que segue:

“Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo (...). Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...)” (FSP, 20/03/1964).

“Meio milhão de paulistanos e paulistas, manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a lei e a democracia”. (OESP, 20/03/64).

¹² Música Alegria, Alegria de Caetano Veloso.

¹³ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

¹⁴ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE.

Nos fragmentos acima, observa-se um carisma dos jornais pela “Marcha da Família, com Deus, pela liberdade”, como “legítima expressão do desejo popular”, bem como, dos jornais, de depor o presidente João Goulart, em nome de uma suposta “democracia” e luta contra o “comunismo” e a “ditadura”. Dessa forma, a imprensa se portou durante muito tempo como mediadora dos civis e militares mostrando às demais pessoas que não estavam ligadas diretamente na luta, de que os movimentos de esquerda eram antidemocráticos, desorganizados e baderneiros. Durante o período da ditadura civil-militar, construíam a imagem de que estes movimentos de oposição eram uma ameaça à civilização, argumentando que a repressão policial era resultado do “terrorismo” provocado pelos guerrilheiros, sem esclarecer que suas atitudes eram resultado de uma ação revolucionária, contra a ditadura, a censura, a opressão e os opressores.

Atualmente, o papel desses ditos "informantes" não é diferente. Em 2009, a Folha de São Paulo publicou um editorial cujo título era *Ditabranda*, gerando grande revolta nos leitores e manifestações na sede do Jornal, que utilizou o termo quando abordava a vitória de Hugo Chávez, que havia enfrentado uma oposição mais sólida. Em um trecho, ao estabelecer comparações entre os regimes contemporâneos e os que dominaram a América Latina no século passado, referiu-se a experiência brasileira como sendo comparativamente menos violenta do que outros regimes similares.

Não nos é transmitido que a mídia nunca é neutra. E que a cada notícia, somos condicionados a ter percepções que muitas vezes vão além do nosso alcance de meros espectadores. Se conhecêssemos minimamente os grupos influentes que dominam a grande mídia, com certeza teríamos uma visão mais crítica ao recebermos uma notícia. Exemplo disso foi a construção na década de 60 das organizações IPES e IBAD que eram anti-Goulart e cuja função principal era integrar os principais movimentos sociais de direita para promover o golpe e deter o avanço do comunismo.

“O grupo IPES/IBAD mantinha estreitas ligações com os grandes meios de comunicação, especialmente com o jornal O Estado de S. Paulo; Organizações Globo; TV Record; Jornal do Brasil e, também com o grupo Folhas, inclusive Otávio Frias, Diretor Financeiro do grupo desde 1962 foi figura de destaque dentro do IPES” (Cf. DREIFUSS, 1981, 527)

O apoio ao golpe e a ditadura no Brasil teve participação de setores da sociedade civil, bem como, frações das forças armadas, dentre as organizações civis-militares que desenvolveram esse papel destacam-se o IPES e IBAD, como frisa René Dreifuss. Neste ano de 2012, como já vem ocorrendo há anos, alguns desses apoiadores e formuladores do golpe e

da ditadura reuniram-se no Clube Militar do Rio de Janeiro. O evento ocorreu no dia 29 de março de 2012, para a comemoração do golpe – denominado de “1964 – A Verdade”. Várias manifestações foram feitas contra o evento, e a revista *VEJA*, por sua vez, retratou os manifestantes como vândalos, baderneiros, que ameaçavam a segurança dos convidados, sem levar em consideração que os próprios militares agiram de forma violenta.

É lamentável o posicionamento da grande imprensa no Brasil, que trata com descaso a luta das pessoas que perderam seus entes durante a ditadura civil-militar brasileira, e trata como vândalos e baderneiros os manifestantes que clamam pela verdade sobre nosso passado recente. Esses meios de comunicação nos bombardeiam com notícias manipuladas e criam a falsa ideia de que vivemos em um país democrático, e não problematizam e historicizam a injustiça, a violência policial e a desigualdade social que foram aprofundadas durante a ditadura civil-militar brasileira. cabe a pergunta: Será que isso é democracia e liberdade de expressão midiática?

Diálogos sobre a Ditadura: O debate dos internautas da Folha de S. Paulo

*Alex Sander Sanoto¹⁵
Inara Gabriela Figueredo¹⁶*

No dia 29 de março deste ano, um evento ocorrido no Clube Militar no Rio de Janeiro foi motivo de muita polêmica, pois se tratava de uma festa comemorativa dos 48 anos do golpe militar. Entretanto, essas comemorações já haviam sido proibidas pela atual presidente Dilma. Cerca de 500 pessoas revoltadas com as comemorações foram até o local protestar, e a reação dos militares não foi anda atípica: os manifestantes foram recebidos por policiais militares, que interpretaram o ato meramente como vandalismo.

A Folha de São publicou, em seu site, um artigo feito de forma rasa e sem problematização, recebeu o título de “Ato pró-golpe de 64 acaba em tortura no Rio”. Tal publicação recebeu diversos comentários de leitores, nos quais podemos perceber tanto a indignação de alguns poucos, por haver a comemoração do golpe, como também a opinião de muitos leitores favoráveis ao ato de comemoração do golpe, bem como a ditadura. Na sequência, citamos alguns exemplos de comentários de leitores retirados do site da Folha de São Paulo, em que se pode observar o posicionamento favorável dos leitores a ditadura civil-militar brasileira:

“Tortura mesmo, é ver um mensalão repleto de provas, ser deixado de lado, enquanto o responsável se esbalda com o dinheiro do povo”; “Os militares de 64, prenderam e perseguiram a grande maioria dos que hoje, de modo descarado, se deleitam a valer, vampirizando, roubando e saqueando os cofres públicos”; e também “Engraçado, contra a corrupção nunca vi nenhum estudante protestar nos últimos anos. está tudo ótimo no país, não há nada para ser reivindicado”.

Nestes comentários prevalece a ideia de que a corrupção é um elemento da atualidade. E está subentendido nos mesmos, que durante a ditadura não ocorria corrupção, ao contrário, eram os corruptos de hoje que foram presos e perseguidos no passado. Diante desses argumentos, para esses leitores, parece legítimo que os militares tenham prendido e perseguido pessoas, afinal tornaram-se corruptas, então mereciam. Observa-se também que foge a compreensão dos leitores, ou ao interesse dos leitores, os atos de corrupção praticados durante a ditadura.

Com tantos escândalos na política brasileira e com tamanha miséria e violência tão próximas de nós, a revolta torna-se inevitável. Contudo, algumas pessoas mesmo sem ter

¹⁵ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

¹⁶ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

vivenciado a época da ditadura, veem o Golpe como a solução para tais problemas. Em um dos comentários, um homem diz que “naquela época não havia tanta violência nas ruas, podíamos sair de casa tranquilos sabendo que estávamos em segurança”. Desta forma a ditadura é posta nostálgicamente como um período de maior tranquilidade, sem qualquer problematização dos custos humanos para essa aparente “tranquilidade”.

Vemos também a constante exposição de comentários sobre o comunismo, colocando este como se fosse uma possibilidade real daquele período e do Governos Goulart, num discurso afinado com a memória militar acerca da Ditadura, em que se manifesta uma visão negativa do comunismo, colocando muitas vezes o golpe militar como um modo de ter evitado a transformação do Brasil num país como Cuba, conforme podemos ver nas seguintes frases:

Se os comunistas estivessem no poder não haveria ninguém para protestar contra a ditadura ou os direitos humanos, todos estariam mortos. Veja a revolução cubana. Vejam a história de qualquer regime comunista. Quantos foram os mortos por serem oposição? É graças à “revolução de 64” que hoje temos democracia nesse país. Disso ninguém fala. “Os regimes autoritários libertam seus líderes e escravizam o povo”. (Silvio Makum, em 30/03/2012 às 09h27)

Felizmente, existem alguns comentários que relembram que o Golpe não ajudou de forma alguma o povo e a economia brasileira, que tornou-se apenas um meio mais fácil de enriquecer os bolsos de quem já fazia parte da elite dominante, que torturou e matou qualquer possibilidade de ameaça a esta “paz”:

Muita gente tem saudade da ditadura, pois ela tinha uma vantagem ímpar. Você podia roubar, enriquecer, desviar à vontade. Não havia perigo de jornalista denunciar, fazer reportagens e pelo menos informar às pessoas o que estavam fazendo com o seu dinheiro. E você ainda passava por patriota (sic) (Renato Senna, em 30/03/2012 às 09h34)

E aí nos surgem alguns questionamentos: O que temos a comemorar? A economia completamente desestabilizada? O arrocho salarial? A dívida externa? A repressão? As torturas? As mortes de inocentes? É visível o quão prejudicial a ditadura foi. E é visível também o quanto estas visões estão distorcidas por parte de alguns, que afirmam que não houve nada disso. Fica bem claro que o início da ditadura militar deve chamar “golpe”, afinal, o estado brasileiro criou condições de obtenção de altas taxas de lucros para empresas privadas, na grande maioria estrangeiras, e o povo brasileiro sofreu diante do arrocho salarial, sem liberdade de expressão, e paga até hoje o ônus do engodo chamado “milagre econômico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DREYFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- FERRAZ, Joana D´Arc Fernandes. A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória. In: **‘Usos do Passado’: XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.
- GALLO, Carlos Artur. O Direito á memória e á verdade no Brasil pós-ditadura civil-militar. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 2, nº 4, Dezembro de 2010.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 á constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, nº 28, Dezembro de 2002.
- POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3, 1989.

SÍTIOS CONSULTADOS

- <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/enterrado-adolescente-morto-durante-patrolha-do-exercito-em-favela-no-rio.html>. Acessado em 30/03/2012.
- <http://www.anovademocracia.com.br/no-67/2905-moradores-de-favelas-denunciam-crimes-das-upps>. Acessado em 30/03/2012.
- <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comemoracao-do-golpe-de-64-termina-em-tumulto>. Acessado em 30/03/2012.
- <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/eis-a-grande-obra-de-maria-do-rosario-ate-aqui-militares-da-reserva-sao-agredidos-e-chamados-de-%E2%80%9Cporcos%E2%80%9D-e-%E2%80%9Cassassinos%E2%80%9D/>. Acessado em 30/03/2012.
- <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1069296-ato-pro-golpe-de-64-acaba-em-tumulto-no-rio.shtml><http://comentarios.folha.com.br/comentarios?sr=101&comment=335335&skin=folha> online. Acessado em 30/03/2012.
- http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed688_nada_a_comemorar. Acessado em 25/04/2012.
- <http://jornalismob.com/2009/03/06/folha-de-sao-paulo-e-a-ditabranda/>. Acessado em 25/04/2012.
- <http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2009/02/25/imprensa374.shtml>. Acessado em 25/04/2012.
- <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comemoracao-do-golpe-de-64-termina-em-tumulto>. Acessado em 25/04/2012.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/manifestantes-impedem-militares-de-deixar-evento-no-rj>. Acessado em 25/04/2012.